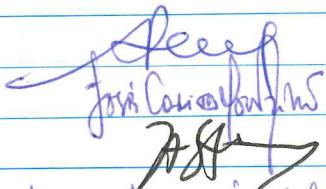


26/06/92

em relação aos planos apresentados à sua fórmula e aos seus objectivos. Mais uma vez veio certo inverdadeiro se manifesta nessa perspectiva pris existem outras prioridades que há anos vêm sendo adiadas no que concerne a infraestruturas e por concluir.

Também o deputado José Eduardo criticou a superficialidade dos Planos apresentados, se não condições discricionárias, se não regras definidas. Concluiu-se pela devolução para reformulação com assentimento do Plenário.

Vão levando mais vida para tratar daí por exemplo e revisar os planos e levar os actos que possam ser feitos.


José Eduardo

Às vint e seis dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e dois, fez vinte e uma hora, deu-se início à reunião Social ordinária com o seguinte ordenamento das ordens de serviço - Informação do Sábio Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal;

Segundo - Apresentação e votação da proposta de alteração do regulamento de fiscalização do Município;

Terceiro - Apresentação e votação da proposta do Plano de formação da zona Industrial da Sopha do Lopo em Alter do Chão;

Quarto - Apresentação e votação da proposta de regulamento de venda da lata da zona Industrial da Sopha do Lopo em Alter do Chão;

Cinco - Autorização para efeitos a saída do movimento fluvial; Seis - Apresentação e votação da proposta de estabelecimento de multa excepcional a um funcionário da autarquia.

Faz-se acto de acto de sessão anterior que foi aprovada por unanimidade com uma abstenção.

O grupo de deputados municipais do P.S.D. apresentou uma pro-

26/06/92

junto de condoleâncias e' familiar do Senhor José Luís Neves e o
que foi rotulado e' aprovada por unanimidade.

No ponto de informações do Senhor Presidente do Parlamento Presidente
da Câmara o porque de algumas das suas reuniões na dia
trinta de Maio e doze de Junho e dia de Julho. Foram
postos questões sobre o Hospital e foram feitas n' dia, o Instituto
o Nov. 78, o Ministro de Coordenador Civil, e ainda ambulante
na Amadora, rotas e feltro de sítios.

O Presidente respondeu esclarecendo que era conta de grande preocupação
de Câmara relativamente ao abastecimento de água, que
estava, se já minimizado com o entabale em funcionamento
do novo sistema dia do dia.

Passou-se ao ponto dia de Oitava de Trabalhos:

O deputado Prates apesar da boa apresentação da proposta
de alteração do quadro de pessoal, recantou várias
dividas e a repartição as custas a suportar pelo Câncer
de mais salienta e quebra postos de trabalho nunca
alturas esse que em todo o lado se redobraram
de pessoal.

O deputado José Fernandes conseguiu por apontar duas
falhas: devia ter vivido o encanamento actual para se
poder computar e devia ter sido feito um estudo
anexo sobre os encargos a suportar. Em sua opinião
devia ter-se começado por as seguintes questões:

Que Câncer temos? Que Câncer queremos? Qual
a função de Câncer no mercado de trabalho?
Ao contrário conseguiu por baixo. Perguntou-se
quais os encanamentos que já temos e depois criou-se
o quadro de juntas e encarregá-los. A parte depois
algumas deficiências técnicas do quadro, pediu alguns
esclarecimentos e criticou a filosofia restrita que não
elaça já a possibilidade da Câncer contratar outros
técnicos mais necessários às suas exigências futuras
antes se limitando a criar os lugares preenchíveis
pelos técnicos que actualmente possui, disse ainda

26/06/92

que a função dos Vereadores é auxiliar, que não entendia a criação de uma divisão de Obras e Urbanismo à que se resguardavam do sector da Proteção Civil e Ambiente.

O deputado José Ago começou por referir-se ao que dissera o deputado José Fenneira a propósito das resoluções da Assembleia, que a Câmara ignorava não deixando de ser curioso salvo que há uma batata que se a mesa vir necessariamente para a Assembleia. Pegeguitou então tanto se todos os vereadores estiveram de acordo com este quadro proposto. Disse que era boa seja sua vontade que fossem feitos de trabalho, seviosos procederam estas questões de enorme responsabilidade exigindo sempre que lhe toca, uma justificação caso a caso para a criação de cada posto de trabalho de forma a poder decidir em consciência.

A Dona Maria da Cruz pediu para intervenir e salientou o uso e uso de discussão atuada com todos os sectores, a Câmara e a C.C.R de forma a atender aos diplomas legais saídos há pouco, às realidades da Câmara, às suas necessidades e às realidades humanas. Disse que nem todos os drangos criados eram poucos preencher, sendo o apurado a medida que a Câmara precise, tendo sido feito, também um estudo financeiro. Disse ainda alguns exemplos de forma a esclarecer melhor os critérios adoptados.

O deputado Valério concordando com algumas críticas do segundo secretário disse ter constatado, da sua apreciação, que, nalguns casos, a criação dos lugares não veio aumentar as despesas, regulamentando aquela situação que já existente.

O deputado Fenneira acusou acha que devia exagerar-se na informação acerca das opções e das

26/06/92

questões legais que se põem, pois assim, torna-se ilegível o pressuposto que está subjacente às soluções tomadas. Por exemplo: Nos técnicos: porque estes e não outros? E porque não um professor de Educação Física, por exemplo? Alguma visão de futuro que esteja integrado na proposta actual não é fornecida e constitui apenas oportunidade para os que, à partida, apresentam uma privilégiada linha.

O deputado José Agó pôs em discussão da Doutora Maria da Cruz sobre o Ano e meio de reflexão para justificar a necessidade de reunião de debate e informação.

O Doutor António acusou-o para o pôr em causa que o Tribunal de Contas fez a Dotações Globais e para o facto da Comissão Técnica Superior não poder cumprir o seu dever ficar fechado a determinado tipo de situações.

O deputado Prates resumiu as deliberações levantadas pelos três grupos presentes e propôs a formulação de uma comissão unicampamentista para fazer um levantamento da legislação a ter em conta.

O deputado José Ferreira propôs uma reunião extracordial entre o executivo.

O deputado António Teixeira concordou com a iltima das propostas salvaguardando um parecer a missão da Assembleia que neste caso teria que suportar o ônus da questão.

Após votação do plenário foi aprovada uma reunião extracordial entre o executivo para aprovação do quadro de pessoal.

No ponto três estava em reabrecação o Plano de Reorientação da Indústria de Tapada do Lago. Posto à votação foi o mesmo aprovado por maioria com uma abstenção.

O deputado José Ferreira iniciou a discussão do ponto quatro apontando algumas deficiências no

26/06/92

proposta em discussão, salientando a falta de um prazo para construção, o prazo de validade após construção e a data de entrada em vigor. Propôs que a proposta se passasse a denominar de regulamento de validade e construção.

No ponto cinco da Ordem de Trabalhos estava em discussão um pedido de autorização para o município de Alter aderir a sócio do Movimento Flau. Ponto à votação foi o mesmo pedido aprovado por unanimidade.

Passou-se à discussão do Ponto Seis, de uma proposta de atribuição de vénito excepcional a um funcionário da Autarquia, Francisco Manuel Quineira.

O deputado Prates e Valério iniciaram a discussão dando conta da sua concordância.

A Presidente da Mesa puxou o nome de Valério proposto à Câmara estar atribuição.

A Sra. Maria da Cruz, na qualidade de Chefe de serviço, do funcionário em questão, pediu a palavra para explicar que não fala ela, a fazer essa proposta nem sim o seu substituto nem Altuna que esteve de férias de parte.

O deputado José Fernandes convidou a Assembleia para o antigo trânsito do Decreto Lei Cento e setenta e quatro / oitenta e quatro de dois de junho que no seu número três prevê que seja feita a proposta pelo dirigente responsável do serviço. Não é, pois muito comum avalegar como uma proposta destas quando o chefe está de férias ainda mais quando pode a mesma replicar o projeto ou a perda de direito de outros colegas com vénito e tempo de serviço idêntico.

O deputado João Aço apesar de reconhecer algumas mudanças no processo disse que isso não

23/10/92

poderia constituir um motivo para penalizar o funcionário que questiona a quem reconhece disponibilidade e mérito.

A deputada Juana Maria falou o carácter do funcionalismo e o tempo que dedicam à Administração desde pequeninos.

O deputado José António quis aclarar algumas das suas afirmações explicando que para ele está esse causa, apenas o processo que levou a esta proposta, que considerava desavulso, e não o mérito do Francisco Tita.

O deputado Canito, e ainda por causa do mérito, disse que na Assembleia Municipal está esse concelho, se quiser ser objectivo, de qualificar o mérito do Francisco. Tivermos necessidade de fazer já no que consta da proposta. Não é claro uma lei, disse que no seu ponto único se refere esse concelho às Autarquias, que devia ser o seu dirigente último do serviço a fazer a proposta fazendo referência apenas aos Órgãos Executivo e de libertação.

Após votação secreta, a Proposta de atribuição de mérito excepcional ao Funcionário desta Autarquia, Francisco Manuel Quico Tita, foi aprovado por unanimidade.

Não houve mais nada a falar deve-se proceder imediatamente a sessão de qual se lavrou acta que passaram a assinar.

~~Assinatura~~
José Gomes Pinto

~~Assinatura~~

Am vinte e três dia de Outubro de mil novecentos e noventa e dois, assim vinte e uma hora, deu-se juiz e contra-sessão ordinária da Assembleia Municipal de Alter do Chão com a seguinte Ordem de Sessão: